

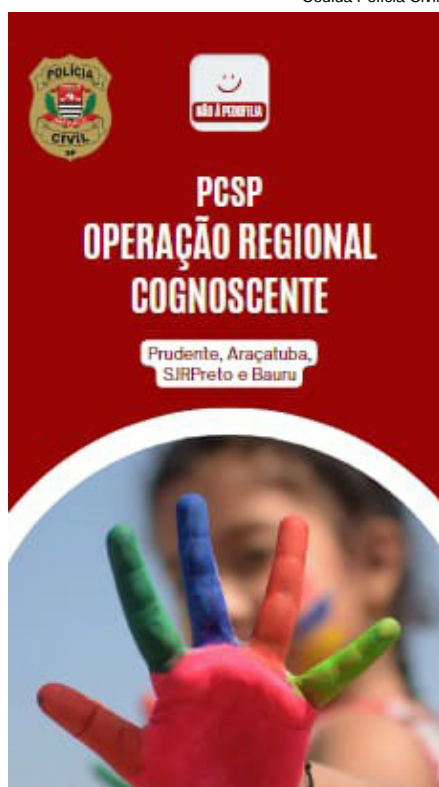
Polícia Civil de Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Bauru e Araçatuba realiza Operação Regional cognoscente de combate à pedofilia

DA REDAÇÃO

Policiais civis da região atuam de forma conjunta na busca de investigados que difundem centenas de imagens de pedofilia (algumas envolvendo até bebês) que foram compartilhadas por grupo do interior que atua em ambientes virtuais, como Deep e Dark Web, com nefastos efeitos às vítimas e vulneráveis, assim como à psique humana, um dos motivos do nome da Operação Cognoscente, alusão ao impacto que essas imagens causam ou podem causar no consciente das pessoas que a elas são expostas: sejam criminosos, vítimas ou até mesmo a difícil luta dos policiais civis analistas.

A Operação é coor-

Cedida Polícia Civil



90 policiais civis de toda a região se dedicam à deflagração da Operação Regional de Enfrentamento à pedofilia, com o cumprimento de 18 mandados de busca e apreensão e ações na Deep e Dark Web

denada pelas Unidades de Inteligência da Polícia Civil de Presidente Prudente; Araçatuba; São José do Rio Preto e Bauru, todas do interior paulista, com deflagração nesta terça-feira (30), e ações integradas de combate à pedofilia e identificação de grupo que troca imagens com criminosos de vários países, um problema mundial e que faz vítimas também nesta considerável parte do interior do Estado.

Na região de Presidente Prudente as ações foram realizadas por policiais civis e analistas da Polícia Civil das Seccionais (Assis, Dracena, Presidente Prudente e Presidente Venceslau), sob coordenação dos CIPS, que se reportam à Unidade de Inteligência Policial da PCSP na região. Buscas ocorrem nas cidades de Dracena, Tupi Paulista, Ouro Verde, Junqueirópolis, Presidente

Venceslau, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Pirapozinho, Assis, Candido Mota e Paraguaçu Paulista.

Dentro do conjunto de medidas de Polícia Judiciária realizadas na região estão a apreensão de milhares de imagens e a identificação de práticas de armazenamento ou compartilhamento do conteúdo, com consequente responsabilização criminal de pessoas que produziram ou colocam a venda (pena de 4 a 8 anos de prisão); daqueles que oferecem ou disponibilizam (pena de 3 a 6 anos de reclusão) ou simplesmente por adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente (pena de 1 a 4 anos de reclusão).

Participam da operação 90 policiais civis: 65 da região de Presidente Prudente; 10 da região de Bauru; 10 da região de Araçatuba e cinco da região de São José do Rio Preto.

